

Jovens Agricultores

Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

**Inovação e Empreendedorismo no
Espaço Rural**

4 Dossier *

Inovação e Empreendedorismo no Espaço Rural*
 Jovens Rurais: Novas Políticas, Novas Oportunidades*
 Inovação e Empreendedorismo no Espaço Rural*
 O Ensino Superior e o Empreendedorismo*
 Notas Telegráficas sobre o Empreendedorismo*
 Escoamento, Comercialização e Competências*
 Dão - Rede Regional em Torno da Elegância*

**13 Formar para Inovar ***

José António Canha, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

**14 Nos Trilhos da Investigação Agrária ***

José Manuel Empis, SC do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas

**15 Projectos da Liga para a Protecção da Natureza para o Combate e Minoração da Desertificação e da Seca ***

Eugénio Menezes de Sequeira, Presidente da LPN

**16 Idalina Carrilho ***

Jovem Agricultora de Sucesso

**18 O Melão *****20 Gripe Aviária ***

Direcção Geral de Veterinária

**23 Serviços ao Agricultor ***

Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA*
 Acções de Formação Profissional*

**24 Serviços ao Agricultor ***

Assistência Técnica Gratuita aos Jovens Agricultores*
 Novo Projecto Agro-Industrial na Guiné Bissau*
 Conheça as Aves da sua Propriedade*

**25 Associativismo**

Ovibeja: Cavaco Silva visita Stand da AJAP
 Prémio Jovem Agricultor Europeu*

**26 Legislação Nacional *****28 Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor *****Ficha Técnica****(ABR/ MAI / JUN) 2006****N.º 66**

Propriedade, Redacção e Edição

AJAP**Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal**

Rua D. Pedro V, 108 - 2º

1269-128 Lisboa

Telefone: 21 324 49 70

Fax: 21 343 14 90

Director

Firmino Cordeiro

Coordenação

Depart. de Comunicação

Redacção

Depart. Técnico

Secretariado

Olga Leitão

Dep. Comercial

Olga Sereno

Impressão

Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal

n.º 78606/94

Registo de Título

n.º 116714

Tiragem

10 000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

E-mail

ajap@ajap.pt

URL

www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Foto da Capa

Arquivo Central de Audiovisuais da
Comissão Europeia

Com o apoio:



INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE

* Artigos co-financiados no âmbito do
4.º Convite da Medida 10 do Programa AGROMinistério da
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pescas

Editorial

Jovens Empresários Agrícolas

Não convém perder muito tempo com terminologias ou na procura de termos mais ou menos ajustados, esses surgem depois. Convém, na nossa perspectiva, identificar o objectivo, o alcance e o maior ou menor impacto que as medidas a criar, ou porventura, já alicerçadas possam ter nas diferentes regiões do nosso País. Em nosso entender, parte significativa desse esforço, deve ser feito junto das camadas mais jovens, directa ou indirectamente ligados ao Mundo Rural, conducentes à sua fixação e ao desenvolvimento que todos desejamos. Devem, portanto, ser disponibilizados incentivos à criação e manutenção de empresas, à criação e manutenção de explorações agrícolas, bem como ao implemento de mais indústrias transformadoras e unidades diversificadas de turismo no espaço rural.

Nesta área, o conceito de fileira estratégica, não deve convergir unicamente na perspectiva de negócio, como de qualquer outro sector se tratasse. Nas regiões desfavorecidas, de montanha, de difíceis acessos, e destaco o (recém) exemplo da Vila de Rei, as novas medidas de política têm obrigatoriamente de ser aplicadas, mas acima de tudo aplicáveis. O espaço rural e zonas de montanha são muito diferentes entre os países da União Europeia, se os compararmos entre si, é no nosso país que se verificam as realidades mais cruéis de abandono humano, desertificação agrícola e florestal, de área queimada e de desenvolvimento. É importante criar motivação nos jovens por forma a ficarem, a não abandonarem e a regressarem a essas paragens. É urgente flexibilizar de forma consciente e consistente o conceito de fileira estratégica, nestas situações, pode vir a ser mais facilmente alcançado, se passarmos a dispor de medidas adequadas, oportunas e de fácil acesso. O conceito de Jovem Empresário Agrícola parece-nos mais abrangente, mais adaptado à nossa realidade e mais aberto para poder ser implementado com novas medidas e novas alíneas que possam ultrapassar o “estrito” conceito de Jovem Agricultor.

Defenderemos a mudança e estamos ao lado de quem se posiciona para a protagonizar, se devidamente sensibilizado para a nova realidade europeia, mas acima de tudo para a ainda débil realidade portuguesa. Podem sempre contar com o nosso contributo, essencialmente na angariação, acompanhamento, formação, metodologia e organização junto dos mais jovens e dos agricultores em geral por forma que em 2013 possamos sentir o prazer do dever cumprido e possamos ter um país socialmente mais homogéneo e economicamente mais equilibrado.

Este é com toda a certeza um dos grandes propósitos da AJAP no futuro.



João Filipe Barros C. L.

Inovação e Empreendedorismo

no Espaço Rural



A nível mundial, o “aparente” entendimento político-comercial dos grandes blocos económicos, principalmente (UE e EUA), respeitante à organização dos mercados – fluxos de mercadorias e de produtos agro-alimentares – constitui para muitos empresários agrícolas uma ameaça. A agravar esta situação, torna-se cada vez mais evidente de dia para dia, a influência dos produtos originários do “Mundo Asiático”. Porque não considerar esta realidade mundial com reflexos na actividade empresarial de cada país, de cada empresa, de cada empresário, uma oportunidade? Caminhamos a passos largos para um pensamento empresarial estratégico, cujas atenções centrar-se-ão indiscutivelmente em pensar o GLOBAL, e agir com base no LOCAL, que é mesmo que dizer: Pensa Global Age Local. A relevância do conceito GLOCAL, ou GLOCALIZAÇÃO, é uma certeza no seio das grandes empresas. Há que fazer passar esta filosofia de gestão, também às PME’s e às micro empresas agrícolas portuguesas. É urgente, eu diria, muito urgente, que as empresas agro-alimentares portuguesas encarem a aventura internacional como uma forma de ganho de competitividade.

Os mercados cada vez mais em forma de “commodities” (mercados estandardizados), reflexo de constantes mudanças em variáveis exógenas, como as políticas agrícolas, o meio ambiente, a pressão concorrencial e a proliferação das novas formas de comunicar, têm permitido às empresas mais atentas ao futuro, às mais pró-activas, às mais empreendedoras, a conquista de espaços comerciais além fronteiras. As outras, limitam-se a reagir e por consequência a sobreviver.

Do lado de quem produz, o impacto da incerteza dos mercados mundiais aliada à ausência de risco, ou melhor, deficit de empreendedorismo, leva a que qualquer alteração no “status quo” de mercado, seja sempre encarada como um constrangimento à comercialização. Poucos são os que com ventos aparentemente desfavoráveis, encaram essa realidade como uma opção de melhoria, de crescimento, de reestruturação e de incremento de novos horizontes, novas ideias, novos mercados,

As tecnologias de informação permitem superar infra-estruturas deficientes, fazendo com que a distância em relação aos mercados deixe de constituir um obstáculo, melhorando a eficácia dos canais de distribuição

novos produtos, enfim uma oportunidade de passar de uma ATITUDE REACTIVA PARA UMA ATITUDE PRÓACTIVA, caracterizadora dos empreendedores.

É urgente, eu diria, muito urgente, que as empresas agro-alimentares portuguesas encarem a aventura internacional como uma forma de ganho de competitividade

Mas afinal o que é um empreendedor? É sem sombra de dúvidas o perfil que reúne em si mesmo, condições de transmitir aos outros, CONFIANÇA NO RISCO. Cumprido este desiderato, qualquer um de nós, qualquer um dos empresários agrícolas, poderá vencer, poderá INOVAR, poderá CRESCER sempre de olhos postos na CONCRETIZAÇÃO de objectivos previamente definidos. Sem margens para dúvidas, que o espírito empreendedor remete-nos para a INOVAÇÃO. Contrariamente ao que muitos pensam, inovar não significa obrigatoriamente elevados investimentos em Investigação e Desenvolvimento, mas pelo contrário, uma permanente “focalização de marketing” sobre os mercados e sobre as novas tendências de produção, mas também e PRINCIPALMENTE de consumo. Inovar no seio do sector agro-alimentar, poderá querer dizer por exemplo: saúde, meio ambiente, sustentabilidade do meio rural, solidariedade social, novos valores empresariais associados à necessária competitividade que as empresas devem praticar. Inovar significa ainda, encarar as chamadas TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação, como uma ferramenta obrigatória na melhoria dos processos de gestão, levando o seu efeito a jusante desta.

É imperioso saber inovar. É urgente saber comunicar a Inovação. É absolutamente urgente preparar a mudança empresarial, que poderá também assentar nas vantagens que nos dão o uso das novas tecnologias.

No fundo as tecnologias de informação permitem superar infra-estruturas deficientes, fazendo com que a distância em relação aos mercados deixe de constituir um obstáculo, melhorando a eficácia dos canais de distribuição. No caso concreto da actividade agrícola, as TIC podem ajudar os empresários agrícolas no conhecimento mais cómodo e célere no acesso a informações meteorológicas, a novas técnicas de produção e a novos mercados, tudo contribuindo para aumentar a produtividade e a eficácia. Também ajudam, obviamente, na promoção dos seus negócios a nível regional, nacional e global.

Evidentemente que estarão a dizer que só com estas orientações estratégicas um negócio não sobreviverá. De acordo. Se a tudo o que foi anteriormente analisado, embora superficialmente, adicionarmos o PLANEAMENTO, terminaremos dizendo que de facto, VISÃO GLOBAL, ACÇÃO LOCAL, NOVAS TECNOLOGIAS, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, ATITUDE e PLANEAMENTO, serão as sementes necessárias para que o negócio cresça, dê flor e entre em vários ciclos sucessivos, cujo fruto seja compensador: bom calibre, nem maduro nem verde e sem deformações genéticas. Pois assim, até parece fácil. O planeamento não é mais do que tomar decisões antecipadas de uma forma explícita, sob determinado contexto e num determinado período de tempo. É sem margens para dúvidas destas sementes que o ESPAÇO RURAL necessita. Mas também, de pessoas que possam, com visão, contribuir para o engrandecimento das características únicas, distintivas e em risco de se perderem, e que o meio rural ainda preserve. Inovar no espaço rural é possível. Inovar na tradição é possível. Acreditem que também é no passado que assenta o FUTURO. Na realidade, no contexto do desenvolvimento empresarial do espaço rural, não esqueçamos a imperiosa focalização no passado, até ao ponto em que ele nos ajudará a projectar o FUTURO, caso contrário, o melhor mesmo é ignorá-lo partindo decididamente para uma nova realidade.



Jovens Rurais:

Novas Políticas, Novas Oportunidades



Miguel João Piscoiro de Freitas

Deputado do PS

É neste quadro que julgo que se deve criar a “Carta do Jovem Rural” que contenha o conjunto de incentivos à fixação de jovens

Um dos maiores dilemas da sociedade actual é não conseguir contrariar o processo de abandono de vastos territórios rurais, que sofrem o efeito de sucção dos meios urbanos e dos mercados e que se tornam “quase vazios” em termos de actividades produtivas, muito particularmente, em actividades agrícolas.

Este confronto entre mercado e território afecta, hoje, uma parte importante do nosso país rural. Só 20% dos nossos solos têm capacidade de produção agrícola competitiva para os grandes mercados. Temos, pois, 80% das nossas áreas rurais para onde é preciso encontrar outras soluções para se fixarem actividades e pessoas.

Mas mesmo as produções com potencial competitivo têm problemas de escala. Em geral, os nossos territórios e as nossas produções requerem uma estratégia de diversificação e diferenciação. E temos dificuldade em encontrar formas de organização que criem escala a partir de pequenas produções diversificadas.

Finalmente, os esforços feitos nestes vinte anos de políticas activas para rejuvenescer os produtores agrícolas foram infrutíferos. Cada vez menos jovens se interessam pela actividade agrícola por ser cada vez menos remuneradora.

Três dilemas que condicionam territórios, actividades e políticas.

Portugal é um país de diversidade na paisagem rural, na economia das comunidades rurais e nas questões ambientais que lhe estão associadas.

A vocação da nova geração de políticas de desenvolvimento rural é entender de forma integrada a ecologia e a economia dos territórios. Por esta razão é da maior importância a sua integração com a política florestal e com a política de conservação da natureza. Mas é também essencial a sua articulação com a política de desenvolvimento regional.

Falar de desenvolvimento rural é, naturalmente, falar em modernização das fileiras agrícolas e florestais e em Plano Nacional de Regadios. Mas é, também, falar de Planos Sectoriais no âmbito da Rede Natura 2000, de Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta, de Plano Nacional Contra Incêndios, de Lei-quadro da Água, de Estratégia Nacional de Energia e de Plano Tecnológico.

Falar de desenvolvimento rural é falar, ainda, da criação de novas oportunidades de emprego, de diversificação de actividades e de apoio a actividades emergentes, é falar de novos “clusters ambientais e de lazer” e das novas fileiras energéticas, a partir da biomassa florestal, dos cultivos bionergéticos e das energias renováveis, é falar de uma nova geração de empreendedores organizados e inovadores.

Neste sentido, consideramos fundamental identificar uma série de projectos estruturantes com uma lógica de ordenamento e multifuncionalidade em territórios-objectivo, centrados no serviço, na organização e na inovação, mas em que seja dada clara prioridade para o investimento produtivo. Por isso mesmo é essencial a criação de um programa de incentivos à diversificação de actividades em meio rural. Só, assim, nos parece possível encontrar novos modelos de aglomeração e clusterização que permitam ultrapassar o problema da escala de produção e defender a diversificação e diferenciação de produtos.

E é neste quadro que deve ser equacionada a questão da fixação de jovens em meio rural, não apenas como jovens agricultores, mas como jovens rurais, que diversificam actividades e encontram formas de organização para colocar os seus produtos e serviços no mercado.

É neste quadro que julgo que se deve criar a “Carta do Jovem Rural” que contenha o conjunto de incentivos à fixação de jovens em meio rural, mas, também o conjunto de compromissos que devem ser assumidos em matéria de investimento, formação, gestão e apoios à organização.

Temos agora uma nova oportunidade. Precisamos de ter novas abordagens na engenharia de programação, procurando um maior cruzamento entre a abordagem sectorial e a abordagem territorial; precisamos de ter uma maior concentração estratégica de recursos em objectivos claros e realistas; precisamos de novos modelos de financiamento, mais flexíveis mas, também, mais adequados e mais eficientes. E precisamos de uma nova institucionalidade, articulando entidades públicas, privadas e associativas numa administração de missão para a concretização dos objectivos do programa.

Inovação e empreendedorismo no espaço rural

É fundamental para o desenvolvimento do País que haja jovens a apostar na produção agrícola, na inovação e na criação de novos projectos no espaço rural, que promovam a multifuncionalidade da agricultura, contribuam para a criação de emprego, a fixação das populações e o desenvolvimento rural.

Maugrado as incertezas, angústias e lutas provocadas por decisões inaceitáveis das autoridades portuguesas sobre a utilização de fundos comunitários, com destaque para a electricidade verde e as medidas agro-ambientais, estamos num momento decisivo da utilização das possibilidades de financiamento de projectos e acções inovadoras que permitam o desenvolvimento da agricultura e dos espaços rurais.

Uma política agrícola que promova métodos de produção mais sustentáveis (...) é uma condição fundamental para o desenvolvimento do mundo rural

São inúmeras as áreas onde se pode investir na inovação e criação de novos projectos de aproveitamento das ricas potencialidades do mundo rural, não esquecendo que a produção agrícola e silvícola é uma actividade económica estreitamente ligada à natureza e que medidas de apoio agro-ambiental são importantes para incentivar os jovens agricultores e impedir o abandono destas actividades estratégicas para o desenvolvimento rural, contrariando o contínuo despovoamento de vastas zonas do País, que o regime de pagamento único por exploração tenderá a agravar, com consequências também no flagelo dos fogos florestais.

Por outro lado, tendo em conta as Perspectivas Financeiras 2007/2013, embora com verbas globais insuficientes e inferiores ao quadro financeiro da Agenda 2000 que termina no final deste ano, há, ainda, bastantes possibilidades de beneficiar de apoios que permitam também pôr em prática crescentes exigências da União Europeia, designadamente em

matéria de qualidade, de segurança alimentar e de bem-estar animal. Simultaneamente, com dinamismo e apoios financeiros adequados à inovação, é preciso também contrariar a política desastrosa da Comissão Europeia na área do comércio internacional, que está cada vez mais a trocar a agricultura e outros sectores produtivos frágeis, designadamente das indústrias tradicionais, por novos mercados para os grupos europeus económico-financeiros mais poderosos.

É igualmente importante ter em conta o contributo que pode ser dado com projectos inovadores na agricultura para diminuir a dependência da energia fóssil, designadamente através do aproveitamento da biomassa florestal residual, e aumentar a eficiência energética.

Há já experiências muito interessantes, mas muito mais pode ser feito, de que são exemplos projectos de criação de mercados locais para comercialização dos produtos agrícolas, agro-pecuários, agro-florestais e agro-artesanais, valorizando a produção e a sua transformação local, apostando na defesa e promoção do mundo rural, com o agro-turismo e turismo da natureza ou ecológico, não apenas com base no Leader + e no Natura 2000, mas também nos novos instrumentos que as futuras Perspectivas financeiras vão permitir, se houver da parte do governo português uma verdadeira política de defesa e promoção da agricultura e da manutenção e desenvolvimento do mundo rural, aproveitamento o futuro Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o próprio programa Forest Focus, resolvendo as questões do financiamento das agro-ambientais e da electricidade verde e revendo os aspectos mais polémicos da regulamentação da última revisão da PAC.

Como temos sublinhado no Parlamento Europeu, uma ampla rede de pequenas e médias explorações agrícolas e uma política agrícola que promova métodos de produção mais sustentáveis, nomeadamente no uso da água e dos solos, é uma condição fundamental para o desenvolvimento do mundo rural, combatendo, simultaneamente, o despovoamento das zonas rurais, a seca e os incêndios florestais e dando um contributo decisivo para o aumento da produção, a criação de riqueza e de emprego, de que o país tanto precisa.



Ilda Figueiredo

Deputada do PCP ao PE

Estamos num momento decisivo da utilização das possibilidades de financiamento de projectos e acções inovadoras que permitam o desenvolvimento da agricultura e dos espaços rurais

O ensino superior e o empreendedorismo



Manuel Afonso Barroso

**Presid. Conselho Directivo
Escola Sup. Agrária**

A capacitação empreendedora é algo que não se ensina, trata-se de um privilégio nato, intrínseco ao próprio indivíduo. O ensino, superior ou não, pode desenvolver este potencial genético, proporcionando ao aluno conhecimentos e metodologias, sobretudo de cariz orientativo e organizativo, que lhe permitem ser mais eficiente e determinado na implementação das suas ideias e dos seus projectos inovadores.

O conhecimento, a informação e a formação do indivíduo favorecem o empreendedorismo, sobretudo quando a plataforma de actuação do empreendedor se coloca a um nível tecnológico mais evoluído. É precisamente nesta plataforma que a universidade deve ter uma postura interventiva, não apenas ao nível do ensino aprendizagem, mas também ao nível da investigação aplicada e da prestação de serviços.

Nem sempre uma boa ideia dá origem a um bom projecto e, muitas vezes, um bom projecto fica pelo caminho. O mais dramático é que isto acontece no seio das grandes empresas multinacionais, possuidoras de grandes

capacidades de financiamento ao nível da investigação e desenvolvimento de novos produtos. Na Europa, por exemplo, 80% dos novos produtos agro-alimentares que entram no mercado não conseguem ter êxito. Inovar com eficiência é cada vez mais difícil porque a competitividade, gerada pela globalização da economia, é desmedida e totalmente imprevisível. Neste cenário, a aposta na investigação é o único caminho.

As coisas tornam-se ainda mais difíceis para aquelas pequenas empresas, comodamente instaladas no seu canto, e que se viram obrigadas a competir num espaço global com grandes desvantagens competitivas, motivadas por conjunturas económicas, sociais ou políticas extrínsecas à própria empresa. Nestes casos a capacidade empreendedora não basta, é preciso criar condições para que as pequenas empresas também tenham acesso à investigação, à formação e aos recursos financeiros.

O balanço do empreendedorismo em Portugal é positivo mas muito abaixo das expectativas. Os dados económicos estão aí e transmitem esta realidade. Parece claro também que Portugal não tem falta de empreendedores. O problema reside no facto de não haver uma cultura empreendedora forte ao nível do poder político e do ensino superior.

O ensino superior em Portugal teima em manter alguma distância com a realidade empresarial. Esta relação melhorou bastante nos últimos anos com o aparecimento do ensino superior politécnico mais direccionado para um ensino mais prático e uma investigação mais aplicada. De um modo geral, o ensino superior deu contributos muito positivos mas não potenciou nem acompanhou, de forma cabal e eficiente, o empreendedorismo.

O conhecimento, a informação e a formação do indivíduo favorecem o empreendedorismo

O processo, já em curso, de remodelação do ensino superior em Portugal e na Europa, de acordo com os "princípios de Bolonha", vai dar um grande contributo para a aproximação do ensino superior às empresas. O modelo clássico de ensino, muito alicerçado na transmissão de conhecimentos e muito circunscrito à sala de aula vai dar origem a um ensino totalmente centrado no aluno e muito orientado para o desenvolvimento de competências. O

empreendedorismo terá certamente um impulso muito grande neste novo modelo de ensinar e investigar.

No espaço rural, também houve empreendedorismo mas não foi consequente. Facilmente conseguimos identificar meia dúzia de projectos inovadores mas valem o que valem e no contexto geral valem muito pouco. A desertificação das zonas mais desfavorecidas continua, não se conseguem fixar as populações porque estas não conseguem encontrar, neste espaço, a sustentabilidade necessária, compatível com o padrão médio de vida, ficando um número muito significativo de necessidades por satisfazer.

Por outro lado, as políticas de financiamento não tiveram a melhor eficiência. Os investimentos, apesar de alguns serem inovadores, não foram orientados por um modelo de desenvolvimento rural integrado e sustentado onde todas as actividades económicas geram interdependência entre si e se tornam complementares para serem rentáveis em termos económicos. É muito difícil encontrar viabilidade económica para um projecto, tendo em consideração os parâmetros de análise dos outros sectores de actividade, que se ocupe de uma única actividade. Nas zonas mais desfavorecidas, por exemplo, um qualquer agro-turismo pode ser viável como actividade complementar e não como actividade principal. A viabilidade de um pomar pode passar pela implementação de uma agro-indústria ou pela implementação de um canal de comercialização. A actividade agrícola pode ser muito rentável como actividade complementar de um agro-turismo. Poderíamos encontrar mais exemplos.

As universidades agrárias em geral e as escolas agrárias politécnicas em particular, contribuíram muito para o desenvolvimento das zonas rurais. Comportaram-se mais como escolas de desenvolvimento rural do que como escolas agrárias dado que estão a dar resposta em várias áreas como sejam a agricultura, o ambiente, o turismo, e a comercialização, entre outras. O espaço rural está associado ao minifúndio e, por isso, o desenvolvimento rural tem que ser integrado. É impossível viabilizar qualquer tipo de desenvolvimento para o espaço rural pensado apenas no apoio à agricultura ou ao turismo rural, porque ambos têm que coabitar de forma integrada e complementar. As escolas agrárias perceberam isto e orientaram o seu ensino e a sua investigação nesse sentido.

Notas telegráficas sobre o empreendedorismo rural

O conceito de empresário é diferente de simples dono de negócio. O empresário, por definição, é o agente da inovação traduzida, nomeadamente, pela introdução de um novo bem ou uma nova qualidade com que os consumidores não estão familiarizados; ou pela introdução de novo método de produzir ou de comercializar; ou pela abertura de um novo mercado, mesmo que já existente noutros locais; ou ainda pela prática de qualquer nova forma organizacional.

Mas se esse entendimento é, de forma mais ou menos matizada, partilhado por quem reflecte sobre o empresariado, já outra dimensão, determinante, é ignorada pela ortodoxia dominante influenciada pela ideologia neoliberal, que tem no individualismo a categoria suprema capaz de encontrar as soluções de desenvolvimento se tiver condições de crescer sem interferências estatais, vistas geralmente como negativas.

Trata-se da distinção essencial entre função empresarial que não pode ser restringida e confundida com a figura do empresário, enquanto pessoa física individual.

Schumpeter, economista de referência para o estudo do empreendedorismo, é aliás muito claro ao sublinhar o papel primordial do Estado na tradução prática da inovação, isto é na função empresarial por excelência,

“Todo o ambiente social tem o seu próprio modo de dar forma à função empresarial. Por exemplo, a prática dos agricultores neste país [referindo-se aos Estados Unidos da América] tem sido sucessivamente revolucionada pela introdução de métodos desenvolvidos no Departamento de Agricultura e pelo sucesso deste departamento no ensino desses métodos. Neste caso, portanto, **foi o Departamento de Agricultura que agiu como empresário**” e mais à frente sublinha que **“a função empresarial pode ser, e muitas vezes é, desempenhada de forma cooperativa”**.

Esta longa citação permite situar a questão do empresariado rural, sobretudo nas zonas desfavorecidas, de modo diferente da ortodoxia dominante.

Para estas zonas, repulsivas para os empresários inovadores ambiciosos, o que mais importa é levar à prática a função empresarial, não como a obra de indivíduos providenciais, mas como obra de grupo de indivíduos ou instituições que, colectivamente, venham a exercer funções empresariais inovadoras.

A importância prática desta visão alternativa pode ser enorme em termos de estratégia de desenvolvimento para as zonas rurais mais desfavorecidas. Assim, em vez de tentar encontrar o candidato a “empresário providencial” concedendo-lhe incentivos para que desempenhe a função empresarial que irá promover o desenvolvimento local ou regional¹, importa pugnar por outras soluções.

Trata-se de escolher uma via mais abrangente e exigente que, recusando os preconceitos ideológicos neoliberais, passa pela promoção das funções empresariais que se mostrem mais necessárias para a vida das populações rurais em vez de se esgotar na procura do “empresário providencial”.

Funções empresariais em zonas desfavorecidas, que, é necessário ter bem presente, não podem garantir lucros, pelo menos no início, o que exige inovação na forma de garantir os financiamentos necessários para o seu arranque e, quiçá, funcionamento corrente.

Esta via implica suscitar e congregar iniciativas locais no sentido de assegurar que a inovação, mesmo em formas inicialmente incipientes, não deixa de chegar a essas regiões, criando novas dinâmicas que contrariem as tendências para a marginalização. Trata-se de alargar o leque de possibilidades por forma a garantir que as funções empresariais necessárias para o desenvolvimento das zonas onde são mais carentes, sejam exercidas quer por empresários individuais, quer de forma colectiva (associações ou cooperativas), não excluindo mesmo a uma intervenção mais directa do Estado ou das autarquias, a exemplo do que refere Schumpeter.



Manuel Belo Moreira

Prof. Catedrático do Instituto Superior de Agronomia

O que mais importa é levar à prática a função empresarial, não como a obra de indivíduos providenciais, mas como obra de grupo de indivíduos ou instituições que, colectivamente, venham a exercer funções empresariais inovadoras

¹Muitas vezes sem curar de obter garantias do bom uso dos recursos que lhes são dados como sucedeu no caso do Brejão.

Escoamento, Comercialização e Competências



Recuemos ao ano de 1999. No plano profissional, movia-me nos “corredores” da agricultura nacional. Nesse mesmo período, era uma constante ouvir-se o seguinte: marketing? Isso é publicidade. Marketing? Isso é muito caro e não tem efeito nenhum. Marketing? Para que serve? Marketing? É vendas. Marketing? É ENGANAR!!! Marketing? É despesa. Tentei o que pude, para ajudar na clarificação destes conceitos. O contexto profissional em que me movimentava, não me era, de todo, favorável. Para além disso, o ambiente económico nacional e internacional não se avizinhava positivo. O encerramento da organização onde desempenhava funções levando ao conseqüente cessar das mesmas, potenciou uma decisão que havia sido desde há muito tempo ponderada. Voltar a estudar. Mas voltar a estudar, não só na expectativa de enriquecimento pessoal, aumentando os níveis de conhecimentos especializados, senão também, na tentativa de obtenção de formação prática de nível avançado, que se ajustasse à necessária credibilidade profissional que é IMPERIOSO conquistar, ou seja, **COMPETÊNCIAS**. Mais do que conhecimento pelo conhecimento, o que realmente estrangula as empresas agrícolas portuguesas é a falta (quase ausência) de **CONHECIMENTO QUE SE TRADUZA EM COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E DE MARKETING**. Indubitavelmente que é isto.

Não devemos esperar para agir. Deve tentar-se antecipar e levar a cabo acções que permitam um melhor conhecimento do mercado, no fundo, perceber as suas dinâmicas, adaptando a produção com vista a desenvolver estratégias inovadoras e diferenciadoras para a comercialização e promoção dos produtos agro-alimentares portugueses.

É necessário que se elaborem estratégias de marketing coerentes, num plano real e objectivo, que pense o mercado não como um meio para “escoamento” dos produtos, mas sim como valorizador dos mesmos. Devemos definitivamente excluir da agricultura nacional, o vocábulo **ESCOAMENTO**. Reflecte em si mesmo, passividade.

Estudar os hábitos, preferências, atitudes, motivações do comprador, do consumidor, do influenciador ou mesmo do prescriptor, é importante para elaborar uma estratégia de marketing, mas mais importante ainda, é imaginar o que será o dia a dia do produto nas mãos do consumidor.

Será útil estarmos atentos às novas realidades de consumo agro-alimentar e assim, iniciar a implementação de planos estratégicos de marketing agro-alimentar, por sub-sectores agrícolas, encarando o futuro com optimismo e confiança.

Todas as empresas, micro, PME's e mesmo as grandes empresas, têm que iniciar o processo de “contacto directo” com o mercado.

O que realmente estrangula as empresas agrícolas portuguesas é a falta (quase ausência) de conhecimento que se traduza em competências de Gestão e de Marketing

Em conclusão, os estudos de mercado, são um dos ingredientes necessários para, em primeiro lugar, reorganizar posições de mercado, e depois, através das conclusões e recomendações baseadas na investigação agro-alimentar, enfrentar o mercado. E se internamente uma empresa não reunir competências necessárias para elaborar o seu plano de negócios ou de marketing agro-alimentar? O mais correcto seria reunir as informações necessárias no sentido de poder eger uma empresa, ou organização especializada, cujas competências sejam passíveis de preparar uma solução à medida da empresa.

Rui Dias

Doutorando em Economia Agrária UPM – Universidade Politécnica de Madrid – ETSIA – Escola Técnica Superior dos Engenheiros Agrónomos. Mestre em Marketing Agro-Alimentar IAMZ – Instituto Agronómico do Mediterrâneo de Saragoça. Professor Universitário. Coordenador da Primeira Pós-Graduação em Marketing Agro-Alimentar em Portugal

O sucesso, ou melhor a vitória, quer seja no plano pessoal quer no profissional, reside em absoluto, na capacidade de luta, de previsão, de pró acção e de VISÃO. Se por vezes é necessário colocá-la à prova até à exaustão, outras vezes, o meio envolvente, as variáveis que nos rodeiam, encarregam-se de nos facilitar o caminho. Que fique claro para todos, que em ambas as situações, somos nós que lá estamos a influenciar ou a ser influenciados. Por isso, quer seja para um Empresário Agrícola, Professor, Electricista, Canalizador, Engenheiro Civil, Investigador, entre outros, a receita passa por: **QUERER** e simultaneamente, **ESTAR**.

Dão

Rede Regional em torno da Elegância

Em consonância com as tendências inovadoras de outros países e regiões, a Região de Dão Lafões e os seus principais actores de intervenção social (entidades privadas e organismos da administração pública local e central) desenharam um quadro inovador fortemente focalizado na definição e implementação de estratégias e iniciativas em torno do conceito de conectividade para o estabelecimento de redes, identificação e consolidação de clusters originários nos diferentes sectores económicos e finalmente a dinamização de plataformas tecnológicas potenciadoras das melhores práticas em torno de novos modelos de negócio característicos da nova economia, distribuição e logística e partilha de conhecimento.

Num contexto caracterizado por elevada interdependência, a conexão entre os diferentes "nós" de uma mesma rede, torna-se no principal imperativo para a consolidação de uma infra-estrutura capaz de responder aos desafios do novo quadro de referência da noção de vantagem competitiva na sociedade do conhecimento.

O conceito de competitividade de um território relaciona-se com a especialização produtiva das empresas que compõem o tecido empresarial, em determinado sector, neste caso específico o da vitivinicultura, com as dinâmicas de desenvolvimento empresariais e as lógicas de aglomeração e exploração de sinergias, com a capacidade de diferenciação dos seus agentes económicos, com o seu potencial de projecção internacional e de atracção de novos consumidores, com a sua capacidade de inovar e melhorar a qualidade dos seus processos de produção e produtos, tornando-os mais atractivos no mercado internacional, e com a capacidade de melhoramento e utilização dos seus recursos.

Os sistemas económicos deslocam-se dos modelos competitivos baseados em factores de produção para modelos de competitividade baseados na inovação; é a "diferença que move a inovação", e esta, muito se releva nas especificidades dos elementos culturais. Actualmente quem actua no âmbito da vitivinicultura conhece os fundamentos da gestão económica, da mesma forma que os empresários em geral, que já começaram a dimensionar as potencialidades oferecidas pela

identificação territorial. E neste contexto, a dimensão cultural, o "genius loci", explicitado na comunicação dos produtos e dos processos, a própria terra, os valores, os odores, os sabores, a elegância e as tradições, delineiam uma identidade que serve como "driver" para este novo agir empreendedor.

Mas o estabelecimento de redes conectadas é mais do que uma infra-estrutura é a adopção das múltiplas dimensões das tecnologias de informação e comunicação. As redes regionais estão sujeitas a um conjunto de factores exógenos do tipo, as rápidas mudanças no clima negocial e tecnológico, bem como, endógenas materializadas pelos comportamentos dos "nós" que constituem a rede ou devido à relação negocial entre os mesmos.

É a "diferença que move a inovação"

Os diferentes agentes económicos da Região Demarcada do Vinho do Dão materializam um clima empresarial descentralizado, caracterizado pela existência de fracas barreiras à entrada e genericamente uma operacionalidade isolada. No entanto, a rede regional da elegância gera fortes interdependências entre as infra-estruturas de elevada complementaridade de base territorial, entre as quais se destacam a restauração, o alojamento, o artesanato, os transportes e as actividades culturais entre outras, gerando níveis de georeferenciação e geoempreendedorismo que fidelizam os diversos utilizadores/clientes desta nova Rede Regional da Elegância, numa lógica colaborativa em que o marketing cooperativo é uma face visível da mesma rede.

Dão – Rede Regional em torno da Elegância reflecte sobre os novos desafios resultantes da sustentabilidade proveniente dos Portais Regionais, no caso específico o "Dão Digital", como materialização das diferentes teorias em torno das comunidades on-line em contexto regional caracterizado por elevados índices de ruralidade. Desta forma revisita-se a estratégia que materializa e encoraja a participação regional na economia do conhecimento. O estabelecimento de redes colaborativas constitui a plataforma de sobrevivência, renovação e crescimento em particular nos contextos territoriais de grande ruralidade.



Pedro Paraíso

ViseuDigital

Nesta rede também se discute o impacto das dimensões espaciais e socioinstitucionais dos processos de gestão e consolidação dos vectores geradores de inovação regional, não descurando a territorialidade e o capital social. Procurou-se também identificar a natureza do processo de mudança quando um determinado contexto territorial delimitado pela região demarcada do vinho do Dão optou por utilizar uma plataforma tecnológica regional como meio preferencial de divulgação, inovação e competitividade territorial. A complementaridade assume significado natural e económico. O Dão Digital, como plataforma tecnológica regional do vinho do Dão identificará os vectores optimizadores das vantagens conducentes à identificação de novas oportunidades de base territorial.

FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA

FEIRA DO RIBATEJO

10 A 18 JUNHO 2006 SANTARÉM



**A MÃO QUE PRODUZ
É A MÃO QUE AJUDA.**



Formar para Inovar

Os desafios que se colocam ao mundo rural e ao sector agrícola não param de mudar e de ser cada vez mais complexos.

Não estão só já em causa as questões que se prendem com a eficácia dos sistemas produtivos e dos seus processos de transformação e comercialização.

Pesam cada vez mais as medidas de política, em particular, e com grande ênfase as decorrentes da PAC e da globalização do mercado, a imprevisibilidade dos custos de determinados factores de produção, como sejam os combustíveis e outros dele derivados.

A utilização e a preservação dos recursos naturais, o ordenamento do território estão cada vez mais associados às boas práticas agro-florestais, sendo naturalmente uma exigência de qualquer sistema produtivo.

Os novos gostos, e hábitos alimentares, os novos sistemas de vida marcadamente urbanos, ditam exigências, requerem mudanças e inovação que os diversos actores do agro-rural raramente estão preparados ou formados para responder em tempo oportuno e de forma eficaz.

A Formação Profissional surge assim, como uma ferramenta determinante em qualquer processo de afirmação e/ou de mudança.

Está em causa não só o adquirir novas competências técnicas, mas também e cada vez mais o elevar dos níveis académicos, pois só este conjunto será gerador de mudanças de atitudes e criatividade para inovação.

O sistema de Formação Profissional agrário que ao longo de décadas têm dado um estratégico contributo para a afirmação e desenvolvimento do sector agrícola e do mundo rural, está uma vez mais em avaliação e em planificação quando “um novo período de programação de políticas” se está a construir para ao sector.

Face às experiências recentes e às estratégias do modelo europeu de desenvolvimento rural, sustentável e competitivo, necessitado de revitalização económica e social, coesão territorial e inovação, o novo sistema de formação profissional agrário deverá integrar:

- não só a qualificação técnica direccionada para as diversas necessidades do sector, mas também o melhorar o nível académico dos diversos agentes, em termos próprios, ou preferencialmente articulado com o sistema nacional de educação/formação;

- a preocupação de formar novos actores que se venham a ligar ao sector, sejam eles agricultores, trabalhadores rurais, técnicos formadores ou outros, em particular os jovens, mas também os que aí já operam, e se procuram afirmar e ou mudar de actividade.

- estimular a formação numa óptica da procura. A aplicação deste mecanismo, a par do sistema usual de oferta formativa, defensável em determinados contextos, poderá assentar no apoio directo ao formando, em detrimento do financiamento às entidades formadoras;

- tendo presente a estratégia nacional de valorização dos recursos humanos, deverá ser incentivada uma aproximação e complementaridade entre a FPA e uma rede de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais agrárias, adquiridas pelos agricultores e trabalhadores em diversos contextos profissionais e sociais. Neste caso, será necessário incentivar acções de qualificação, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Estas, devidamente registadas numa Caderneta de Competências, se colmatarem os défices de formação dos activos, tendo por referência um determinado perfil profissional, podem facultar-lhes uma certificação profissional, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional, que potencie a empregabilidade;

- o prever a existência de acções de actualização e aperfeiçoamento de activos e promover a formação de quadros técnicos, formadores e dirigentes do sector cooperativo e associativo, dada a sua importância na estratégia de desenvolvimento do sector.

A implementação e o financiamento deste sistema quase sempre a parte mais difícil, terá de ser articulado e contar com a participação das organizações do sector.

Elas que têm sido uma parte fundamental do sistema terão sempre um contributo e uma palavra a dizer, seja na sua construção seja na sua implementação.

A inovação não é um conceito abstracto. Faz-se com novos conhecimentos, avaliando bem as realidades, definindo estratégias, reforçando as organizações sectoriais, melhorando e aumentando as redes e as parcerias entre as partes que integram o sistema.

Implanta-se formado os diversos agentes do sector do sector e com eles fazendo!...



José António Canha

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

A Formação Profissional surge como uma ferramenta determinante em qualquer processo de afirmação e ou de mudança

Nos trilhos da investigação agrária

A capacidade de criar, difundir e usar conhecimento e informação é cada vez mais o principal factor para o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida (OCDE, 1999)



José Manuel Abecassis Empis

SC do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas

O reconhecimento da importância da investigação científica para o crescimento económico e melhoria do bem-estar surgiu após a II Guerra Mundial, através de um relatório para o Presidente Roosevelt na sequência do sucesso da construção da primeira arma nuclear. Uma ironia, à luz da visão actual do nuclear. O primeiro estudo demonstrativo do impacto da investigação no crescimento da produtividade incide, curiosamente, no milho híbrido, em 1957. Nas décadas de 60 e 70 verifica-se um grande crescimento da produção agrícola nos países menos desenvolvidos, a Revolução Verde. O seu pai, Dr. Norman Borlaug, é agraciado com o prémio Nobel da Paz em 1970 e um conhecedor da nossa Estação Nacional de Melhoramento de Plantas que *como sempre [lhe] dá prazer visitar* (Borlaug, 1998, Livro de Honra da ENMP).

O grande desenvolvimento tecnológico permitiu, num século, aumentar a produtividade de um activo agrícola em mais de 30 vezes e cerca de 50% desses ganhos estiveram associados ao melhoramento vegetal. Resolvida, felizmente, a questão alimentar (nos países mais desenvolvidos), emergiram novos problemas e necessidades pelo que a sociedade actual tem crescentes exigências ao nível da qualidade e segurança dos produtos alimentares, da protecção do ambiente, da conservação dos recursos naturais e inclusive do bem-estar animal. Por outro lado, é indiscutível assegurar uma vida condigna à população residente nos meios rurais mais desfavorecidos ao mesmo tempo que os urbanos valorizam, e querem usufruir, as amenidades do espaço rural. Assim, o referencial passou assim da produção agrícola para as novas preocupações da sociedade (Oliveira Baptista, 2005).

A investigação agrária segue, necessariamente, as principais questões da comunidade científica internacional (p.e. biotecnologia aplicada à agricultura) mas tem também respondido às problemáticas nacionais e às orientações das tutelas (p.e. controlo do nemátodo do pinheiro). Após a adesão à então CEE, a comunidade científica nacional reflectiu sobre a sua actividade perante as transformações do sector até ao final do séc. XX (JNIC, 1988).

Passada uma década, foi definido e implementado um quadro de prioridades¹, enquadrado na política agrícola da tutela e estruturado em cinco áreas programáticas (ambiente, factores e tecnologias de produção; plantas, fileiras vegetais e produtos; animal, fileiras animais e produtos; floresta, fileiras florestais e produtos; estruturas, território e desenvolvimento) para as quais foram definidos os objectivos, as orientações e os domínios prioritários de actuação.

A produção, transferência e difusão do conhecimento no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural é um processo complexo e exigente

É recorrentemente salientado, e bem, a indispensabilidade de aproximar e implicar o sector produtivo nas actividades de I&D como forma de motivar a investigação aplicada e acelerar a necessária transferência tecnológica. Os programas PAMAF-IED e AGRO 8.1 procuraram seguir esta linha, verificando-se um elevado grau de envolvimento das várias instituições de I&D e um peso significativo e crescente das empresas privadas, das cooperativas e das associações² nas parcerias formadas originando equipas de trabalho multidisciplinares e capazes de potenciar os canais de comunicação entre os pólos de conhecimento e os utilizadores finais dos resultados. Sendo a partilha e a difusão do conhecimento uma questão essencial no processo de inovação é necessário ter presente que *este processo necessita de ser correspondido por uma capacidade de absorção eficaz* (MERIT³, 2000).

A produção, transferência e difusão do conhecimento no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural é um processo complexo e exigente que deve envolver a comunidade científica, os agentes económicos e de desenvolvimento local e tem de seguir uma cultura de avaliação, rigor e aprendizagem pois só assim será possível criar riqueza e bem-estar social através da mudança e *capitalizar o empreendedorismo dos jovens agricultores*.

¹No sítio do INIAP (www.iniap.min-agricultura.pt) e da Acção 8.1 do Programa AGRO (www.agro8-1.net) poderão ser consultados os projectos em execução, com a sua descrição, as equipas e os trabalhos já publicados com os resultados obtidos e também poderão ser consultados outros elementos tais como as Unidades Operativas e o corpo científico do INIAP.

²Nos projectos apoiados pela Acção 8.1 do AGRO, participam 113 empresas privadas, 46 cooperativas e 119 associações.

³Maastricht Economic Research Institute on Innovation and Technology, The Netherlands.

Projectos da Liga para a Protecção da Natureza para o Combate e Minoração da Desertificação e da Seca

O que se entende por Desertificação e qual a ligação deste processo de degradação com a qualidade de vida do homem, incluindo os sistemas produtivos, a paisagem, e a Diversidade Biológica, etc.?

Para se entender a importância desta questão é necessário saber quais as características da região mediterrânea, da Desertificação em Portugal, e em especial no Alentejo, para a partir dessa caracterização entender as bases dos projectos que estamos a desenvolver no Campo Branco, em Castro Verde.

Entende-se por:

- “Desertificação” a degradação da “terra” nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultante das variações climáticas e das actividades humanas;
- “Terra” o sistema bio-produtivo terrestre que compreende o solo, a vegetação, outros componentes do Biota e os processos ecológicos e hidrológicos que se desenvolvem dentro do sistema;
- “Seca” é a ocorrência eventual ou aleatória de um ou mais anos de menor pluviosidade (claramente abaixo da média), acompanhada, normalmente de maior evapotranspiração potencial, com efeitos não permanentes na vegetação espontânea, mas com redução sensível nas disponibilidades hídricas.

O Solo constitui a base de toda a vida terrestre, pois é a base de sustentação das plantas terrestres e dele depende a qualidade e quantidade de água disponível.

Nestas condições para a manutenção da capacidade de produção agrícola, para a sustentação dos habitats, da diversidade biológica, das espécies em risco, é pelo pela protecção do solo que se tem que começar.

A Liga para a Protecção da Natureza, lançou a partir de 1992 uma série de projectos coordenados com o fim de promover o Desenvolvimento Sustentável do Baixo Alentejo centrado em Castro Verde. Assim, desenvolvemos os seguintes projectos:

1º- Aquisição e gestão de propriedades,

iniciado com um “projecto Life-Natureza (1993-1999), para a salvaguarda do “Biota estepário cerealífero”, focado especialmente na Abetarda, e promovendo a gestão;

2º- Recuperação do peneireiro das torres, Life-Natureza (início em 2002) que recebeu já dois prémios Ford para a conservação do ambiente. Ambos os projectos para encontrar os fundamentos da protecção das espécies em risco que constituem o “habitats pseudo estepário do Campo Branco”;

3º- Centro de Educação Ambiental, incluindo poupança de energia e gestão da água, inaugurado em 2000, e financiado pelo pelo prémio Millenium do jornal Expresso e da Sagres, e com apoio da Câmara Municipal de Castro Verde;

4º- Ecoturismo, apoiado pelos programas Leader e Leader +, com a criação de percursos na natureza, guias turísticos, turismo fotográfico, destinado ao desenvolvimento local. que permita uma possível fonte suplementar de rendimento dos agricultores e da zona, em desenvolvimento;

5º- Promoção ambiental, também financiado pelos programas Leader e Leader +, com a realização de jornadas ambientais, reuniões científicas e valorização pedagógica;

6º- Projecto-piloto de Combate à Desertificação, iniciado e terminado em 2000, com suporte do Programa Operacional do Ambiente para o Alentejo, em parceria com a Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, e o apoio da Associação de Agricultores de Campo Branco.

Pretende-se demonstrar as metodologias de redução da erosão, aumento da eficácia das águas da precipitação, comparando e demonstrando as diferenças quanto a erosão, escoamento superficial, custos e produções entre: as tecnologias tradicionais com lavouras e gradagem; a Sementeira Directa; a Sementeira Directa após sub-solagem com injeção de Lamas de ETAR; a pastagem permanente.



Eugénio Menezes de Sequeira

Engº Agrónomo, Presidente da Liga para a Protecção da Natureza

7º- Projecto Agro 140- “Avaliação da sustentabilidade de alguns sistemas de culturas do Baixo Alentejo”, projecto em parceria com a Estação Agronómica Nacional (INIAP) que, em complemento dos anteriores, visa encontrar rotações e técnicas culturais que melhorem a produtividade e salvaguardem os recursos.

Conseguimos:

a recuperação do Biota Estepário Cerealífero, razão do Plano Zonal; reduzir a erosão; aumentar a espessura efectiva do solo; aumentar a capacidade de retenção de água; aumentar as taxas de infiltração; aumentar a capacidade de suporte do ecossistema; outras fontes de rendimento como o ecoturismo; reduzir os custos e a emissão de Gases de Efeito de Estufa (pela redução do consumo de gasóleo e aumento da matéria orgânica no solo); mantivemos, e poderemos mesmo vir a aumentar, as produções.

Idalina Carrilho - Jovem Agricultora

Vencedora do Concurso Jovem Agricultor 2005



AJAP: Vinda de uma área tão distinta, o que a atraiu para a área agrícola e a motivou para se instalar como jovem agricultora?

Idalina Carrilho: O gosto pela vida no campo. Iniciar um negócio tão colorido e alegre como a floricultura que, se formos a ver, é alegre de trabalhar nele, e por outro lado, quem compra rosas para oferecer, está a oferecer cor, alegria e recebe em troca um sorriso, o que nos vai motivando cada vez mais a produzir rosas mais bonitas.

AJAP: Recorreu a alguma análise de investimento ou de mercado para preparar a sua instalação?

I. C.: Realizámos um estudo económico do investimento a fazer, e a rentabilidade que poderia obter. Fomos analisando várias opções de produção e após alguns estudos optámos pela floricultura, nomeadamente a produção de rosas. O nosso mercado é um mercado deficitário a nível de flor. Somos importadores quando na realidade, no país em que estamos e o clima que temos, deveríamos ser exportadores.

AJAP: Porquê a escolha da Floricultura? Porquê a opção pela produção em hidroponia?

I. C.: Devido aos estudos que realizámos, chegámos à conclusão que era um mercado a explorar. A produção pela hidroponia não foi inicial. Estivemos a pensar produzir na terra, mas após visitas a outras explorações florícolas, e à passagem pela Holanda, chegámos à conclusão que deveríamos optar pela hidroponia para obter qualidade na produção, o que se diga de passagem, não foi uma decisão fácil de tomar, pois o investimento rapidamente iria duplicar, obrigando-nos a um esforço financeiro muito grande. No entanto, hoje estamos muito satisfeitos com a opção tomada pois a rentabilidade é mais elevada.

AJAP: Qual a importância dos apoios que recebeu para a decisão de se instalar como jovem agricultora? E até que ponto foram determinantes durante o processo de instalação?

I. C.: Já tinha tomado a decisão de me instalar como agricultora, claro que os apoios são muito importantes numa fase inicial de negócio, pois

de Sucesso

Prémio Inovação e Tecnologia

Ter ganho o Concurso “Jovem Agricultor 2005” foi extremamente motivante não só pelo valor monetário, mas sobretudo pelo reconhecimento do nosso esforço, o que nos estimula a competir com nós próprios



nem sempre conseguimos ter uma capacidade de endividamento tão grande, digamos que a nível bancário, era uma garantia de termos uma parte subsidiada pelo Estado, e a nível europeu, e que só precisava de recorrer à parte restante. A partir do momento em que se toma a decisão de nos instalarmos, o processo é irreversível, mas o que foi mais complicado foi termos de pagar sempre adiantado, recorrer à banca pagando juros, enquanto aguardava reembolso.

AJAP: Quais foram as principais dificuldades sentidas aquando da instalação, e as existentes actualmente?

I. C.: Falta de informação para elaborar um projecto completo, nomeadamente no ramo da floricultura.

Também faltam gabinetes de apoio para esclarecimento e aconselhamento, para uma melhor aplicação dos apoios recebidos e, digamos que actualmente, técnicos com capacidade de nos ajudar a solucionar problemas que vão surgindo, pois a sua formação e a nossa experiência no campo, em conjunto poderíamos encontrar soluções válidas para todos os floricultores.

AJAP: O escoamento da sua produção actualmente é feito exclusivamente para o mercado nacional. Já considerou a hipótese de produzir para um mercado de exportação?

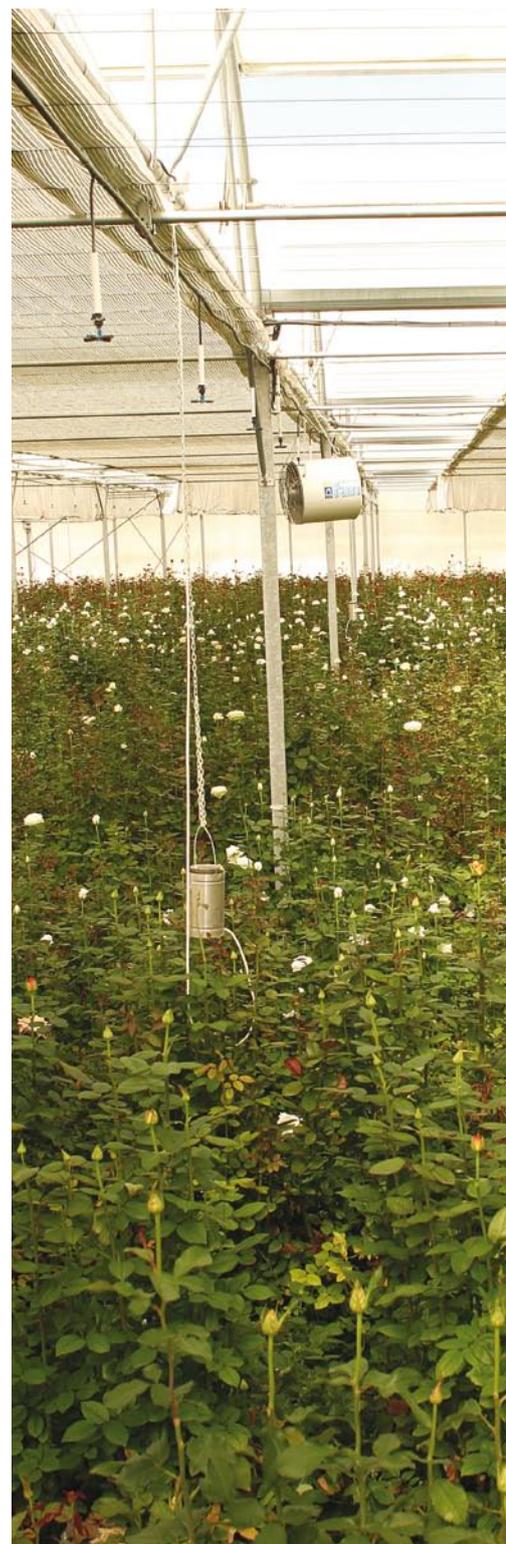
I. C.: Já. Mas tendo em conta que não tenho área suficiente de produção para satisfazer os clientes actualmente. Tenho que adiar, embora o mercado de exportação seja cativante, obriga a mais custos e rigor nos prazos de entrega.

AJAP: Quais são as suas perspectivas para um crescimento contínuo e sustentado da exploração?

I. C.: O primeiro passo é aumentar a área, necessito de adquirir mais terreno, de forma a poder ampliar a produção. Aguardo a decisão de novo quadro comunitário, para assim me poder candidatar a apoios que me ajudem no arranque da próxima exploração. No primeiro projecto tivemos falhas que nos penalizam em termos financeiros, o que nos obriga a grandes esforços. Actualmente, já temos alguma experiência que nos vai permitir realizar um projecto mais completo e mais equilibrado. Espero que, de futuro, se olhe para a agricultura tendo em conta que esta, neste momento, exige grandes conhecimentos tecnológicos, e temos que estar predispostos a correr riscos para que se possa inovar e melhorar o sistema agrícola.

AJAP: Pensa que ter obtido o Prémio Inovação e Tecnologia 2005 vai ter impacto na sua actividade?

I. C.: Claro que sim! Desde já nos fez conhecer outros meios, outras pessoas, temos de ir partilhando os nossos problemas e experiências, pois não podemos viver isolados. Sentimos também que existe um organismo que pretende desenvolver e ajudar os agricultores, o que para nós é muito importante. O ter ganho o Concurso “Jovem Agricultor 2005” foi extremamente motivante não só pelo valor monetário, mas sobretudo pelo reconhecimento do nosso esforço, o que nos estimula a competir com nós próprios.



O Melão

O Melão (*Cucumis melo* L.) é uma fruta provavelmente nativa do Médio Oriente. Entre os maiores produtores de melão, encontram-se países tão díspares e distantes entre si, como a China e os Estados Unidos ou a Turquia e a Espanha, a qual ocupa o 4º lugar no ranking de maiores produtores mundiais de melão.

Portugal tem também grande aptidão para a cultura, em particular o Ribatejo e Oeste, sendo que a enorme área foliar observada no nosso país atesta a extrema qualidade dos frutos produzidos, quer a nível aromático quer em teor de açúcar.

Existem inúmeras variedades cultivadas em regiões semi-áridas de todo o mundo, todas elas apresentando frutos mais ou menos esféricos, com casca espessa e polpa carnosa e succulenta, com muitas sementes achatadas no centro. A cor e textura da casca, bem como a cor e o sabor de sua polpa, variam de acordo com a variedade.

A abundância de água no seu interior e o sabor suave tornam o melão uma fruta muito apreciada quer na forma de refresco, quer consumida directamente. As suas sementes, tostadas e salgadas, também podem ser consumidas como pevides.

Assim, e como principais variedades, temos:

Tipo Gália – fruto arredondado, com casca reticulada que no início apresenta uma cor verde, passando posteriormente a amarelada. Apresenta uma polpa de cor verde clara.

Tipo Harvestking – fruto igualmente redondo, com uma casca reticulada, apresentando uma cor verde que passa de seguida a uma cor amarela-cremosa na altura da maturação. A sua polpa apresenta uma cor salmão a salmão claro.

Tipo Pele de Sapo – plantas muito vigorosas que apresentam frutos de calibres grandes, sendo uma variedade com tolerância ao oídio.

Lezíria – variedade precoce, que apresenta plantas vigorosas, sendo as mesmas altamente tolerantes ao oídio. Os frutos são ovais, com cor branca a amarelada e com óptima capacidade de conservação.

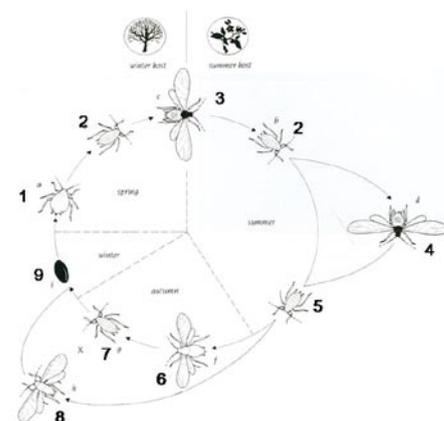
Topázio – variedade que apresenta plantas vigorosas e bastante produtivas, sendo os frutos esféricos e não apresentando carecas.

Melina – Variedade que apresenta grande consistência e resistência ao transporte, boa capacidade de fecundação, apresentando os seus frutos um excelente reticulado, denso e fino, sendo os frutos caracterizados pelo sabor doce e pelo seu intenso aroma.

Tejo – plantas muito vigorosas que apresentam uma vegetação abundante, sendo os seus frutos esféricos e reticulados, apresentando um elevado peso específico.

Após uma pequena resenha histórica sobre a cultura do melão e uma apresentação sintetizada das suas variedades, iremos agora aprofundar um pouco alguns aspectos de um dos maiores problemas que afectam esta cultura, causada por uma praga de Afídeos, neste caso particular pelo *Aphis gossypii* Glover, um piolho conhecido por “Afídeo do melão”.

Ciclo de Afídeos



Legenda:
1 – Fundatrígonos; 2 – Fêmeas vivíparas (ápteras); 3 – Fêmeas vivíparas (migração de Primavera); 4 – Fêmeas vivíparas (migração de Verão); 5 – Afídeo (reprodução sexual); 6 – Fêmeas vivíparas (alado); 7 – Fêmeas a colocar ovos; 8 – Machos (alado); 9 – Ovo.

Classificação

Reino: Animalia
Filo: Arthropoda
Classe: Insecta
Ordem: Hemiptera
Subordem: Homoptera
Superfamília: Aphidoidea
Família: Aphididae
Género: **Aphis**
Espécie: **A. gossypii** Glover

Morfologia

A larva deste Afídeo tem dimensões variáveis, que são inferiores às do adulto, apresentando uma tonalidade que poderá variar entre o amarelo pálido e verde-claro.

O adulto alado tem uma cabeça, tórax e cornículos negros, sendo o abdómen de cor variável, com tamanho aproximado de cerca de 2 mm. As formas ápteras virginíparas têm um corpo de cor variável sendo a mais característica a amarelo-esverdeada, com cornículos negros e sífoes curtos, medindo cerca de 1,65 mm.





Bioecologia

É uma espécie muito polífaga que prefere sobretudo curcubitáceas e malváceas, podendo no entanto também atacar cítrinos.

É muito resistente ao calor estival, destacando-se que por ano poderá desenvolver cerca de 60 gerações. Reproduz-se sempre por partenogénese. Mantém relações de simbiose com as formigas, uma vez que estas aproveitam a melada produzida pelo piolho.

Estragos provocados

Directos:

Extracção da seiva das plantas procedendo à emissão de melada, através de picadela na planta, o que leva ao seu enfraquecimento, e à sua deformação, que em casos graves poderá apresentar sérias consequências. O aspecto de enrolamento das folhas do melão é característico deste tipo de praga.

Para além de provocarem os estragos mencionados anteriormente, poderão também ser vectores de vírus, como por exemplo, a Tristeza dos Cítrinos.

Indirectos:

Advém da produção de melada, o que provoca uma diminuição da evapotranspiração, maior dificuldade na execução de operações culturais e redução do valor comercial do fruto. A melada também actua como um chamariz para outros organismos, tais como formigas.

Estratégia de luta:

Estimativa do risco

Nº de armadilhas a observar:

- Em cultura protegida - 2 armadilhas cromotrópicas amarelas/500 m2;

- Em cultura de ar livre - distribuir armadilhas cromotrópicas amarelas na seguinte proporção:

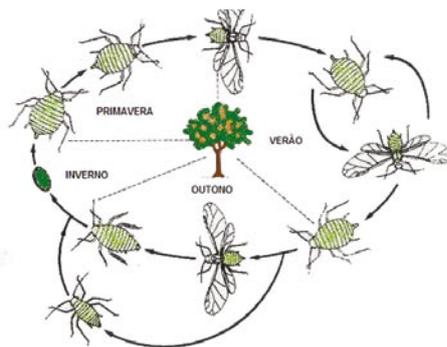
Área da Parcela	Nº de armadilhas cromotrópicas
Até 5 ha	10
6 a 10 ha	15
11 a 20 ha	20
> 20 ha	+ 2 por cada 5 ha

Nº de plantas a observar:

- em cultura protegida – 20 plantas/ 500 m2 (16 plantas nas bordaduras e 4 na zona central);

- em cultura de ar livre – 50 plantas/ha (40 na bordadura e 10 na zona central. Por cada fracção de 5 ha deverão observar-se mais 5 plantas – 4 na bordadura e 1 na zona central).

Ciclo de afídeos com um hospedeiro



Orgãos a observar:

Planta inteira, procurando a presença de eventuais colónias. Em culturas protegidas, ter em atenção as aberturas da estufa. As observações devem ser semanais.

Tomada de decisão

Efectuar um tratamento localizado aos focos, na presença de grandes colónias e baixo nível de parasitismo/predacção.

Luta biológica:

Tratar à presença da praga, tendo em consideração os organismos auxiliares presentes no campo de produção.

De entre os auxiliares existentes, o mais eficaz na luta contra o *Aphis gossypii* é o *Aphidius colemani* Viereck, que é um endoparasitóide de afídeos, que se utiliza no controlo biológico desta praga em combinação com um predador tal como a *Chrysoperla carnea* Stephens.

Outros auxiliares usados: *Aphidoletes aphidimyza* Rondani e *Coccinella septempunctata* L.

Luta cultural:

O terreno deverá estar limpo, isto é, não deverão existir restos de outras culturas precedentes. Para além disso, dever-se-á dar especial atenção à não existência de infestantes, quer na cultura quer nas áreas circundantes.

Luta química:

À presença da praga tratar, sendo as substâncias activas permitidas em protecção integrada a imidaclopride, acetamiprida, fosfolona, tiametoxame e pimetozina.

Gripe Aviária: Caracterização da situação



Direcção Geral de Veterinária

Os Serviços Veterinários Oficiais, sob coordenação da Direcção Geral de Veterinária (DGV), têm dedicado uma parte significativa do seu esforço à implementação de medidas de prevenção da epizootia de Gripe aviária.

A actual panzootia de Gripe Aviária (ou Peste Aviária) causada pelo subtipo H5N1, de elevada virulência, do vírus "Influenza A", teve o seu início em Hong-Kong em 1998. Todos os vírus "Influenza A" têm como reservatório natural as aves selvagens, circulando especialmente entre as aquáticas. Os movimentos migratórios sazonais das aves aquáticas selvagens são o modo pelo qual estes vírus se difundem e dispersam na Natureza. Desde aquela data (1998) e até à actualidade, o vírus foi disseminado por todo o Extremo Oriente e, no Verão de 2005, atingiu a região do Cáucaso (Rússia Central e Cazaquistão). Os movimentos migratórios das aves selvagens durante o Outono e Inverno de 2005-2006 conduziram à disseminação do vírus pela Europa Oriental (Roménia, Bulgária, Turquia), Médio Oriente e África Setentrional. Os movimentos migratórios da Primavera de 2006, ou seja o retorno dessas Aves à Europa, introduziram o vírus em 13 Estados Membros sendo que, em três deles (França, Suécia e Alemanha), o vírus passou das aves selvagens para as Aves domésticas mantidas em cativeiro. Alguns mamíferos que entraram em contacto com as aves atingidas pelo vírus também se infectaram (gatos, cão, tigres, gatos selvagens).

Os Serviços Veterinários Oficiais, sob coordenação da Direcção Geral de Veterinária (DGV), têm dedicado uma parte significativa do seu esforço à implementação de medidas de prevenção da epizootia de Gripe aviária.

Para além da participação na elaboração e na aplicação das medidas decididas pela Comissão Europeia, a DGV estabeleceu uma estratégia adaptada à realidade dos diferentes subsegmentos da avicultura Portuguesa, tendo por base a ideia de que o ponto fulcral da prevenção da doença se centra na interrupção do ciclo de transmissão do vírus, eventualmente circulante entre as aves selvagens, às aves de produção.

Concretamente foram publicadas e aplicadas 11 Decisões e uma Directiva no âmbito do controlo e da prevenção da Gripe Aviária por H5N1.

Esse conjunto de decisões estipulam medidas de prevenção que se repartem por várias actividades do Sector Avícola: Biossegurança nas Produções, Importações e Controlos de fronteiras, Actividade Venatória, Corridas de Pombos, Comercio de Aves dos Mercados Rurais, Exposições de aves e Espectáculos, Profilaxia médica em Aves de Zoo, Delimitação de "Zonas Geográficas de Risco Elevado", Actualizações do Plano de Contingência.

Na aplicação de todas estas medidas, estão envolvidos os serviços Veterinários Centrais (Direcção Geral de Veterinária e Laboratório Nacional de Investigação Veterinária), as Direcções Regionais de Agricultura e os Serviços das Regiões Autónomas e a Direcção Geral dos Recursos Florestais.

Foram criadas estruturas específicas para coordenar os trabalhos que entretanto foram sendo executados, como são os casos de:

- (a) Comissão de Acompanhamento da Gripe Aviária (CAGA)
- (b) Gabinete Técnico de Apoio à Gripe Aviária (GTAGA)
- (c) Centro Nacional de Emergência da Gripe Aviária (CENEGA)
- (d) Sítio "gripedasaves"-
- (e) "Base de dados – SIREIA"

Para que muitas das medidas, entretanto determinadas, pudessem ser implementadas no terreno, foi necessária a concursa e a cooperação com múltiplas entidades externas ao MADRP, GNR, ICN, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Governos Cívicos, Associações de Caçadores, Associações Avícolas e Faculdade de Medicina de Veterinária.

O sistema "SIREIA" foi criado para efeitos de recenseamento de aves de capoeira detidas a nível doméstico por particulares e destinadas ao auto-abastecimento. A alimentação desta base, on line, é da responsabilidade das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais através do Médico Veterinário Municipal.

O Plano de Vigilância aplicado sistematicamente desde 2003 (Decisão da Comissão nº 2002/649/CE de 5 de Setembro) tem por objectivo detectar precocemente a circulação do agente infeccioso entre as aves selvagens e as domésticas.

Os resultados foram sempre negativos (2003, 2004 e 2005) e o número de amostras foi sendo incrementado de acordo com as necessidades de vigilância definidas pela Direcção Geral de Veterinária.

Durante o ano de 2005 foram de facto efectuadas 6 291 análises laboratoriais, tendo sido todas negativas.

O sistema "SIREIA" foi criado para efeitos de recenseamento de aves de capoeira detidas a nível doméstico por particulares e destinadas ao auto-abastecimento

Durante o ano de 2006 (até 20 de Abril), já foram efectuadas 4 656 análises no âmbito da vigilância da gripe aviária, tendo-se detectado "vírus Influenza A" dos subtipos H1, H6, H7 e H9 de baixa virulência em 12 patos selvagens e numa gaivota, sendo todas negativas para os vírus de alta virulência.

Para além do Plano de Vigilância foram aplicadas muitas outras medidas de prevenção ao nível das explorações da vigilância avícolas, genericamente designadas como "Medidas de Biossegurança", focando nomeadamente nos seguintes aspectos:

(a) Certificação Sanitária (controles à importação e trocas intracomunitárias de aves e ovos)

(b) Medidas Gerais de Higiene (Operações de limpeza e desinfectação após e durante os ciclos de produção)

(c) Protecção Sanitária das Explorações (micro-isolamento)

(d) Condições de Armazenagem dos dispositivos de produção (jaulas, aparas, rações)

(e) Vigilância Sanitária (análises de aves mortas)

(f) Apoio Oficial (seguimento oficial através dos Serviços das DRAs)

(g) Registos (arquivo de toda a documentação relativa ao maneio produtivo e sanitário)

Para além das medidas de biossegurança aplicadas nas explorações avícolas foram também adoptadas outras medidas cuja aplicação se centra no comércio de aves dos mercados rurais, de exposições e espectáculos com aves e também ao nível do comércio internacional, através do reforço do controlo aduaneiro. A aplicação do estipulado no ponto 2 do artigo 2º A, aditado ao parágrafo 1 do art. 1º da Decisão 2005/745/CE de 21 de Outubro, relativa ao procedimento de concessão das autorizações para a realização da exposição e venda das aves dos mercados rurais, foi tornada necessária por motivos que se prendem com questões de natureza social que estão fortemente enraizadas na matriz cultural das populações rurais portuguesas. Nos termos da referida legislação, a concessão da referida autorização está dependente de uma "avaliação de risco" efectuada às condições concretas e específicas de cada mercado.

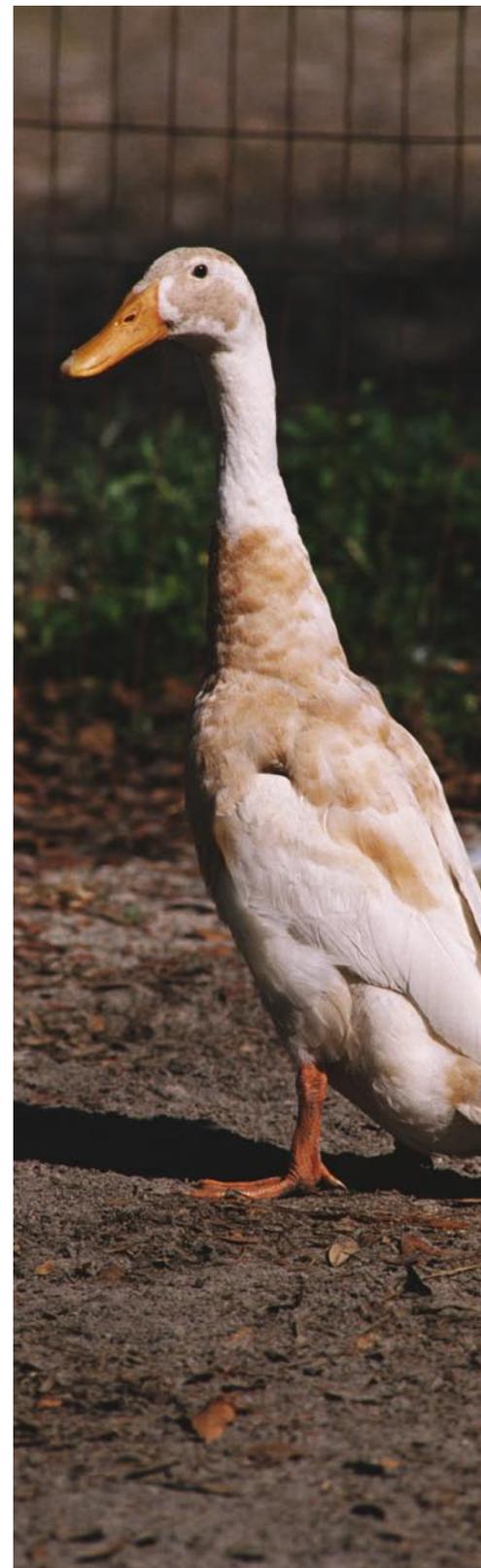
Tratando-se de um universo de mais de 400 mercados que decorrem mensal ou semanalmente e cujo processo de autorização carece de celeridade, foi necessário conceber e aplicar um modo rápido de proceder à decisão. Nessa solução foram envolvidos os Serviços Veterinários da Direcções Regionais de Agricultura como órgão competente para a tomada de decisão, sobre proposta elaborada pelos Médicos Veterinários Municipais. As autorizações para a realização das feiras onde se procede ao comércio das aves dos mercados rurais, são concedidas após a apresentação de uma "avaliação de risco" qualitativa, sumária (relatório), elaborada pelos Médicos Veterinários Municipais, e apresentada nos serviços veterinários das DRAs. Para concessão de autorizações foram considerados os seguintes critérios:

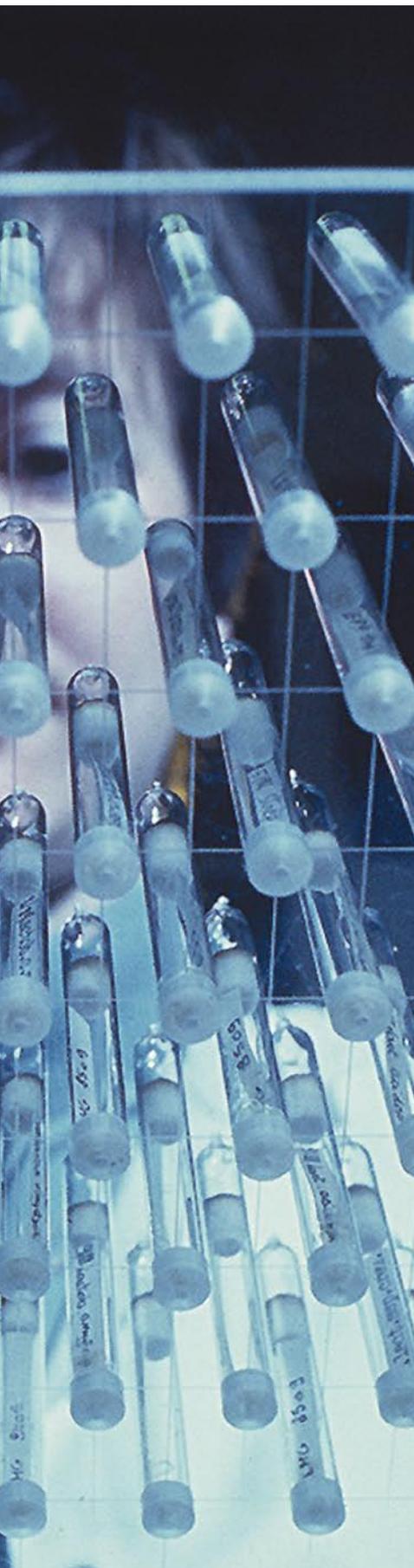
i) Características estruturais do local de venda das aves

ii) Higiene das Operações de venda – Limpeza e desinfectação após utilização do espaço

iii) Possibilidade de Registo dos comerciantes

iv) Possibilidade de Controlo a efectuar pelo Médico Veterinário Municipal nos actos de venda





Uma das primeiras medidas que a Comissão Europeia impôs em Outubro de 2005, foi a necessidade de os Estados Membros identificarem com rigor os locais que são frequentados pelas aves aquáticas migradoras ou que servem de refúgio às aves selvagens migradoras que fazem a invernção no Sul da Europa. Em Portugal essas zonas húmidas estão localizadas junto à foz dos rios que constituem grandes bacias hidrográficas a Sul do Rio Vouga e também nalgumas barragens a Sul do Tejo. Esses locais são frequentados por colónias de aves aquáticas e limícolas e também como pontos de passagem de bandos de aves aquáticas migradoras. Por isso o Instituto de Conservação da Natureza delimitou 19 zonas de “Risco Elevado”.

Nesses perímetros de maior risco foram adoptadas medidas especiais, nomeadamente:

- i) interdição de mercados de aves ao ar livre e de exposições de aves exóticas;
 - ii) interdição de corridas e largadas de pombos;
 - iii) vacinação compulsiva de aves de zoos localizados dentro desses perímetros;
- A vacinação de aves de parques Zoológicos localizados nas “Zonas de Risco” só foi possível após a apresentação de Planos à Comissão Europeia e respectiva aprovação oficial. As tarefas de vacinação foram iniciadas no final do mês de Dezembro de 2005.

O “Plano de Contingência” está sustentado na Directiva 92/40/CE, e no Decreto Lei nº 175/93, de 12 de Maio, com as alterações introduzidas pelas recentes decisões comunitárias. Este Plano estabelece as medidas a aplicar no terreno face à detecção do vírus da Gripe Aviária de alta patogenicidade em aves selvagens ou de produção.

Neste manual são referidas:

- a) as bases jurídicas que definem as autoridades competentes para a diferentes tarefas
- b) descrevem-se as operações que são desencadeadas numa situação em que se suspeite ou detecte um foco ou um surto da doença numa exploração avícola (frangos de carne, perus, patos, codornizes, aves reprodutoras e poedeiras) e em aves selvagens;
- c) as listas exaustivas de todos os contactos dos serviços que podem ser convocados a intervir nas acção (Serviços veterinários centrais, locais e regionais, Protecção Civil, Protecção da Natureza, Serviços de Saúde);
- d) as listas exaustivas de todas as explorações avícolas nacionais.

Este documento tem divulgação nacional e é permanentemente actualizado e avaliado através da realização de exercícios de simulação em Março ocorreu o último exercício com envolvimento de várias regionais e da direcção geral. A DGV editou e distribuiu 6 folhetos informativos de divulgação das medidas que é necessário implementar ao nível das explorações industriais, e domésticas, importações avícolas, e segurança do consumo.

**A eficácia das medidas
pode também neste
momento ser demonstrada
através da ausência de
casos humanos, apesar de
já terem decorrido mais de
2 meses sobre o
aparecimento do vírus em
Países da U.E.**

Manutenção da confiança dos consumidores

As medidas adoptadas no domínio da Biosegurança, da Vigilância e o estado de afinção do Plano de Contingência, permitem encarar com confiança os cenários da eventual ocorrência do vírus da gripe aviária de alta virulência no território nacional.

Do bom funcionamento dos mecanismos referidos, dependerá a tranquilidade dos consumidores, apesar de no contexto actual a infecção humana acontecer de forma epizódica, através do contacto íntimo com aves infectadas, podendo por isso ser considerada uma “zoonose” “ocupacional”.

Para terminar podemos concluir que a aplicação deste conjunto de medidas nos países infectados da União Europeia, tem permitido a contenção do vírus nas aves selvagens em 9 dos 13 países atingidos.

A eficácia das medidas pode também neste momento ser demonstrada através da ausência de casos humanos, apesar de já terem decorrido mais de 2 meses sobre o aparecimento do vírus em Países da U.E.

Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA

Sr. Agricultor, não esqueça que o fornecimento de todas as informações referentes ao seu efectivo bovino, ovino/caprino e suíno é de carácter obrigatório.

Concelhos	Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA	Telefone
Aguiar da Beira	ELPAA - Entre Lapa e Pisco Associação de Agricultores	232 688 254
Alenquer	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer	263 711 012
Alfândega da Fé	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	279 462 682
Alijó	Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro	259 950 532
Amarante	Associação de Agricultores de Ribadouro	255 431 403
Ansião	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião	236 679 037
Borba	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba	268 841 547
Bragança	Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval	273 327 037
Campo Maior	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia	268 688 020
Cuba	Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo	284 414 140
Figueira C. Rodrigo	Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior	271 312 139
Lisboa	AJAP - Lisboa	213 244 970
Lousada	Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa	255 913 305
Macedo Cavaleiros	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	278 421 698
Macedo Cavaleiros	Centro de Gestão de Saldonha	278 425 756
Mértola	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola	286 612 057
Mirandela	Centro de Gestão Agrícola de Mirandela	278 257 682
Mogadouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro	279 341 650
Moita	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita	212 896 629
Montemor-o-Velho	Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral	239 621 429
Mortágua	Cooperativa Agrícola da Beira Aagueira - CABA	231 927 470
Moura	Gabinete de Apoio ao Agricultor em Moura	285 254 775
Odemira	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira	283 327 227
Portel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel	266 612 636
Salvaterra de Magos	Balcão Rural de Foros de Salvaterra	263 501 500
Santarém	Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste	243 352 916
Sendim	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim	273 739 166
Sousel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel	268 551 458
Terras de Bouro	Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro	253 351 123
Valongo	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo	224 219 160
Vila do Conde	Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho	252 661 740
Vinhais	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo	278 369 348

Designação	Local	Data
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Macedo	19.06 a 23.06
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Figueira Castelo Rodrigo	19.06 a 23.06
Operadores de Máq. Agrícolas	Carapinheira	26.06 a 28.08
Emp. Agrícolas (vitivinicultura)	Régua	3.07 a 16.11
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Vilar de Torpim	3.07 a 7.07
Emp. Agrícolas (vitivinicultura)	Cantanhede	4.07 a 27.10
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Armamar	17.07 a 21.07
Viticultura	Vilar Torpim	17.07 a 31.07
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Galafura	24.07 a 28.07
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Régua	31.07 a 4.08
Emp. Agrícolas (vitivinicultura)	Nelas	1.08 a 29.11
Emp. Agrícolas (vitivinicultura)	Almeirim	10.08 a 30.11
Transfor. e conserv prod agric	Salselas MC	16.08 a 31.08
Vitivinicultura	Rebordelo	21.08 a 28.8 + 9 a 13.10
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Ervedal	11.09 a 15.09
Aplic. Prod Fitofarmacêuticos	Faro	14.09 a 20.09

Acções de Formação Profissional

Acções co-financiadas no âmbito do Medida 7 do Programa AGRO



Assistência Técnica Gratuita a Jovens Agricultores



A AJAP defende activamente os interesses dos Jovens Agricultores tanto junto dos organismos nacionais que tutelam a actividade agrícola, como Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e o INGA/IFADAP, entre outros, como junto das instituições comunitárias pela participação em reuniões dos Comitês Consultivos da Comissão Europeia. Para que a informação que prestamos e as reivindicações que fazemos correspondam à exacta realidade e necessidades daqueles que representamos, necessitamos transmitir dados actualizados e que reflectam o sector agrícola nacional.

Por outro lado, acreditamos que o apoio e aconselhamento técnico dos Jovens Agricultores durante a fase de instalação são vitais para o sucesso dos projectos, pelo que estamos actualmente a desenvolver um Projecto-piloto de Assistência Técnica a um conjunto de Jovens Agricultores que se tenha instalado com projecto apoiado no âmbito da Medida 1 do Programa AGRO.

Para poder vir a ser um dos beneficiários desta assistência, totalmente gratuita, deverá contactar os serviços centrais da AJAP.

Novo Projecto Agro-Industrial na Guiné Bissau

O sector Agro-Industrial, do Projecto Geminal, destinado à Guiné Bissau, do qual fazem parte um conjunto de organizações e empresas ligadas à agricultura, pecuária e agro-indústria, nomeadamente a Lacticoop, a Marlux, os Frigoríficos Monte Branco, a Escola Profissional Agrícola de Vagos e a Associação Fernão Mendes Pinto, está a organizar uma viagem de reconhecimento aos locais disponibilizados pelo Governo da Guiné Bissau, para instalação do projecto.

Esta viagem para Agricultores, Técnicos e Entidades ligadas aos sectores horto-frutícola e pecuário, efectivamente interessados em virem a integrar o projecto e investir na Guiné Bissau terá lugar no próximo mês de Julho.

Todos os produtores interessados em conhecer o projecto e eventualmente virem a participar na viagem, devem contactar o responsável pela área agro-industrial do Projecto Geminal, Fernando Caiado, pelo 933430638.



Conheça as Aves da sua Propriedade

**Sem custos.
Sem esforço.**

À propriedade que registar o maior número de espécies de Aves será atribuído um Prémio constituído por uma viagem de 4 dias para o proprietário, para visitar o projecto agrícola-experimental "Hope Farm", em Inglaterra.

No final da campanha, o Proprietário que tiver aderido, receberá a lista de Aves identificadas e propostas de medidas de gestão favoráveis à conservação da natureza adequadas à sua propriedade.

A campanha Conheça as Aves da Sua propriedade insere-se num projecto mais amplo denominado Semear o futuro: uma agricultura para as pessoas e para a Natureza. Este projecto visa contribuir para sustentar a perda de habitat para as Aves estepárias das zonas mais desfavorecidas da Beira Baixa e Alentejo devido ao abandono agrícola.

Esta campanha, promovida pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), em colaboração com a AJAP, decorre nos meses de Maio a Julho de 2006 e dirige-se a Proprietários Agrícolas que tenham interesse em conhecer as Aves que existem nas suas propriedades.

Esta campanha não terá custos para o proprietário! Os trabalhos de inventariação das Aves nas propriedades que aderirem serão realizados por técnicos da SPEA, com uma duração média de 3 horas, e ao proprietário agrícola caberá apenas dar-lhes as boas vindas e, quem sabe, acompanhá-los durante a observação das Aves.

Conheça as Aves da sua Propriedade

Entre Maio e Julho, conheça quais as Aves que existem na sua propriedade e quais as Medidas de Gestão mais favoráveis à conservação dessas Aves.

Prémio
Para a propriedade que registar o maior número de espécies de Aves. O prémio é constituído por uma viagem de 4 dias para o proprietário, para visitar o projecto agrícola-experimental "Hope Farm", em Inglaterra.

Contacte-nos
www.spea.pt
spea@spea.pt
Tel.: 213 220 430

Ligue 213 220 430 para marcar a nossa visita

Zonas abrangidas pela campanha*

Alentejo	Alentejo
Barrancos	Beira Baixa
Campo Maior	Estremadura
Castelo Branco	Alentejo
Castro Verde	Alentejo
Côa	Alentejo
Elvas	Alentejo

*Obras em curso em concordância com o Regulamento da Comissão Europeia.

Associação Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)

BirdLife ESPA FCT CAP ajap

Ovibeja: Cavaco Silva visita stand da AJAP



Aquela que é considerada a maior feira agrícola do Sul do país, a Ovibeja, já vai na sua 23.^a edição, tendo decorrido entre os dias 29 de Abril a 7 de Maio. A cerimónia de inauguração oficial foi este ano presidida pelo Presidente da República, Cavaco Silva, naquela que foi a sua primeira visita oficial ao Alentejo. Cerca de 300 mil visitantes passaram pelo recinto do Parque de Feiras e Exposições de Beja ao longo dos 9 dias. Tal como em anos

anteriores existiu um espaço reservado que deu lugar a diversos colóquios com assuntos que se encontram na ordem do dia, centralizando no futuro da agricultura e na pecuária alentejana, e que contaram com a participação de vários especialistas.

O Presidente da AJAP e alguns técnicos receberam Cavaco Silva, aquando da sua passagem pelo Stand no dia da inauguração. O programa do certame foi ainda preenchido com vários concursos e exposições de gado, demonstrações equestres, garraíadas, gastronomias, produtos certificados, espetáculos musicais, provas desportivas, entre outras.

Jovem Agricultor Europeu

Prémio



Com vista a apoiar a renovação do tecido empresarial agrícola, premiar projectos inovadores, a nível de produção, transformação e distribuição, e divulgar as explorações geridas com sucesso por Jovens Agricultores, o Conselho Europeu de Jovens Agricultores está a organizar, em conjunto com as suas organizações-membro, um Concurso que visa premiar o(a) Jovem Agricultor(a), cujo projecto agrícola, para além de inovador, gere a melhor sinergia entre sustentabilidade e empreendedorismo.

O Concurso estará aberto para Jovens Agricultores até 40 anos, cujo projecto tenha sido iniciado no máximo há 5 anos, ou que no mínimo esteja completamente

operacional até ao final do ano corrente.

As candidaturas serão avaliadas por um júri externo independente composto por peritos europeus, que analisará cada projecto em termos de: performance económica; sustentabilidade e protecção ambiental, papel social na zona rural envolvente.

O anúncio do vencedor e a entrega de prémios ficarão a cargo da Comissária Europeia da Agricultura, Mariann Fisher Boel, em meados de Novembro.

Brevemente estarão disponíveis mais informações no site da Internet da AJAP: www.ajap.pt.

AGRO

Quinta, 6 de Abril 2006

N.º 69 Série I-B

Página: 2666

Portaria n.º 336/2006

Altera o artigo 7.º do Regulamento de Aplicação da Acção 3.4: Colheita, Transformação e Comercialização de Cortiça, do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, aprovado pela Portaria n.º 533 - G/2000, de 1 de Agosto

Candidaturas INGA

Quarta, 3 de Maio 2006

N.º 85 Série I-B

Página: 3214

Despacho Normativo n.º 27/2006

Altera o Despacho Normativo n.º 16/2006, de 26 de Janeiro, que estabelece o regime de ajudas no âmbito do sistema integrado de gestão e controlo (SIGC)

Fitossanitários

Sexta, 24 de Março 2006

N.º 60 Série I-A

Página: 2227

Decreto-Lei n.º 73/2006

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/68/CE, do Conselho, de 26 de Abril, que estabelece normas de saúde animal referentes à importação e ao trânsito de determinados animais ungulados vivos na Comunidade, alterando as Portarias n.ºs 331/93, de 20 de Março, e 1077/95, de 1 de Setembro, e revogando o Decreto-Lei n.º 415/99, de 19 de Outubro

Quarta, 15 de Fevereiro 2006

N.º 33 Série I-A

Página: 1225

Decreto-Lei n.º 32/2006

Estabelece novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, transpondo para a ordem jurídica nacional as Directivas n.ºs 2004/95/CE, da Comissão, de 24 de Setembro, 2004/115/CE, da Comissão, de 15 de Dezembro, 2005/37/CE, da Comissão, de 3 de Junho, e 2005/46/CE, da Comissão, de 8 de Julho, na parte respeitante aos produtos agrícolas de origem vegetal

Florestas

Quinta, 23 de Março 2006

N.º 59 Série I-A

Página: 2168

Decreto-Lei n.º 67/2006

Altera a orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na sequência da integração da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais na Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Quinta, 23 de Março 2006

N.º 59 Série I-A

Página: 2168

Decreto-Lei n.º 68/2006

Extingue a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e opera a transição das respectivas atribuições para a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, alterando o Decret-Lei n.º 80/2004, de 10 de Abril, e revogando o Decreto Regulamentar n.º 5/2004, de 21 de Abril

Indemnizações Compensatórias

Quinta, 16 de Fevereiro 2006

N.º 34 Série I-B

Página: 1253

Portaria n.º 135/2006

Cessa a admissão de novas candidaturas às ajudas previstas no Regulamento da Aplicação da Intervenção Indemnizações Compensatórias



Medidas Agro-Ambientais

Segunda, 20 de Fevereiro 2006

N.º 36 Série I-B

Página: 1300

Portaria n.º 143/2006

Prorroga por um ano as candidaturas previstas no Regulamento de Aplicação da Intervenção «Medidas Agro-Ambientais»



Novos Regimes de Ajuda

Terça, 11 de Abril 2006

N.º 72 Série I-B

Página: 2754

Despacho Normativo n.º 24/2006

Altera o Despacho Normativo n.º 2/2006, de 12 de Janeiro relativo aos frutos de casca rija



Regime Pagamento Único

Terça, 2 de Maio 2006

N.º 84 Série I-B

Página:3149

Portaria n.º 424/2006

Altera a Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas ao primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único, instituído pela Reforma da Política Agrícola Comum

Terça, 2 de Maio 2006

N.º 84 Série I-B

Página:3157

Despacho normativo n.º 26/2006

Altera o Despacho Normativo n.º 42/2004, de 26 de Outubro, que estabelece o método do montante de referência e do número de direitos a atribuir aos agricultores que se candidatem à reserva nacional do âmbito do regime de pagamento único



Viticultura

Terça, 2 de Maio 2006

N.º 84 Série I-B

Página: 3157

Portaria n.º 425/2006

Altera a Portaria n.º 558/2005, de 28 de Junho, que estabelece normas complementares de execução do regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas na regulamentação comunitária para a campanha de 2005-2006

Terça, 11 de Abril 2006

N.º 72 Série I-B

Página: 2753

Portaria n.º 351/2006

Adita o n.º 3.º-A à Portaria n.º 457/2005, de 2 de Maio, que estabelece para o continente as normas complementares de execução do regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas



Diversos

Sexta, 17 de Março 2006

N.º 55 Série I-B

Página: 1999

Portaria n.º 266/2006

Altera a Portaria n.º 122/2003, de 5 de Fevereiro (regulamenta o exercício das competências ou atribuições das diferentes entidades ...)

Sexta, 10 de Março 2006

N.º 50 Série I-B

Página: 1807

Despacho Normativo n.º17/2006

Altera o Despacho Normativo n.º 30/2005, de 6 de Maio [estabelece regras complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional ...]

Gabinetes de apoio Jovem agricultor

1 - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa Tel.: 213 244 970

2 - Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740

3 - Gab. de Apoio ao Jovem Agr. na Coop. Agr. da Feira e S. João da Madeira
R. do Moinho das Campainhas, Cavaco, 4520 - 244 Sta Maria da Feira, Tel.: 256 371 410

4 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Esposende
Rua da Sr.ª da Saúde, 4740 - 289 Esposende, Tel.: 253 964 666

5 - Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089

6 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945

8 - Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 - 141 Lousada, Tel.: 255 913 305

9 - Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro
Covas - Moimenta, 4840 - 100 Terras do Bouro, Tel.: 253 351 114

12 - Gab. de Ap. ao Jovem Agricultor na Coop. Agrícola de Paredes de Coura
R. Conselheiro Miguel Dantas, 13, 4940 - 529 Paredes de Coura, Tel.: 251 782 117

13 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintã de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411

14 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480

15 - Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403

16 - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543

17 - Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502

18 - Centro de Gestão Agrícola de Mirandela
Praça do Mercado, 1.º Andar, Loja 2, 5370 - 287 Mirandela, Tel.: 278 257 682

19 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
Av. do Ciclo, Edifício da Junta de Freguesia, 5225 - 101 Sendim, Tel.: 273 739 166

20 - Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037

21 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532

22 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1.º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348

23 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650

24 - Centro de Gestão de Saldonha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2.º, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756

25 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205

26 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Chaves
Av. General Ribeiro de Carvalho, Edifício da Estação, 5400 - 497 Chaves, Tel.: 276 322 783

27 - Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417

28 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042

29 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Av. 8 de Setembro, C/V - G, 5110 - 121 Armamar, Tel.: 254 855 960

30 - Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro - Associação
R. Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vilaiva, Loja E0, 5000-586 Vila Real, Tel.: 259 372 893

32 - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2.º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698

33 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços

Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421

34 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 19, 5340-268 Macedo de Cavaleiros

35 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139

36 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco
Rua D. Jorge da Costa, N.º 23, 6000 - 215 Castelo Branco, Tel.: 272 320 763

37 - ELPAA - Entre Lapa e Pisco Associação de Agricultores
Av. 5 de Outubro, N.º 11, 3570 - 011 Aguiar da Beira, Tel.: 232 688 254

38 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Mercado da Junta, Lj. 5, Largo das Meãs, 3140 - 165 Meãs do Campo, Tel.: 239 621 429

39 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539

40 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037

41 - Cooperativa Agrícola da Beira Agueira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. M.º L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470

42 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros

44 - Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste

Esc. Sup. Agrária de Santarém, O.º do Galinheiro, 2001-904 Santarém, Tel.: 243 352 916

45 - Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426

46 - Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Esq. 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806

47 - Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, n.º 179, 2120 - 188 Foros Salvaterra, Tel.: 263 501 500

48 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita
Estrada de Sarilhos Pequenos, N.º 5, 2860 - 355 Moita, Tel.: 212 896 629

49 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer

Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012

50 - Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Rua da República, 33, 7940 - 139 Cuba, Tel.: 284 414 140

51 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola

Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057

52 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458

53 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura

Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775

54 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba

Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547

55 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Campo Maior

Rua João das Minas, N.º 31 - 1.º Andar, 7370 - 061 Campo Maior, Tel.: 268 687 139

56 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ervedal
Estrada Nacional N.º 243, 7840 - 284 Ervedal AVS, Tel.: 242 460 000

57 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227

58 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
R. Grupo Coral de Cantares Regionais de Portel, 20, 7220 - 407 Portel, Tel.: 266 612 636

59 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de S. João Baptista
Quinta de Vale Massano, 7370 - 112 Campo Maior, Tel.: 268 686 674

60 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
Rua do Rossio, N.º 82, 7830 - 371 Serpa, Tel.: 284 544 655

61 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Av. General Humberto Delgado, 7370-106 Campo Maior, Tel.: 268 688 020

62 - Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000 - 673 Estoi, Tel.: 289 994 581

63 - FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8901 - 907 Vila Nova de Cacela, Tel.: 281 950 400

64 - Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim
Largo da Igreja, 5, 8970 - 104 Giões, Tel.: 281 498 286

